

## EDUCADOR (A) DA EJA: SUAS POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES NA EDUCAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO CONTINUADA.

Lydiane Gonçalves da Silva<sup>1</sup>  
Cristina Valentim Lira<sup>2</sup>  
Joelma dos Santos Torres<sup>3</sup>  
Edilene da Silva Santos<sup>4</sup>

### RESUMO

Este trabalho vem propor uma reflexão acerca da atuação do professor na Educação de Jovens e Adultos (EJA), tomando como objeto de análise a realidade dos docentes que atendem em sala de aula pessoas com deficiência, e que recorrem à formação continuada como suporte para auxiliar as atividades desenvolvidas no ambiente escolar. Ao se tratar da EJA temos inúmeras singularidades relacionadas a este público, como também percebemos outras tantas especificidades no tocante a pessoas com deficiência. Faremos, nessa análise, uma breve explanação de alguns pontos relacionados à formação de professores ao qual atendem alunos da EJA que possuam alguma deficiência e que estudam em uma determinada escola da Rede Municipal de ensino de João Pessoa. Percebendo as fragilidades das formações continuadas ofertadas pelo município para professores de EJA, assim, teremos como referência as leis e decretos que regem a Educação, como também SAVIANI e NÓVOA ao qual explanam a formação de professores. Como ponto de apoio para desenvolvermos nosso trabalho docente contamos com estas, sendo ofertada aos professores da EJA, entretanto percebemos que a mesma não atende aos desafios enfrentados pelos educadores nas suas práticas de ensino.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos, Pessoa com deficiência, Formação Continuada, Escola Municipal.

### INTRODUÇÃO

O trabalho em sala de aula com pessoas com deficiência requer um profissional preparado em formação inicial e continuada para poder lograr êxito no processo de ensino aprendizagem, e quando se trata de jovens e adultos com deficiência, surgem ainda mais particularidades. Assim, o professor contribuirá com a promoção do alunado, mas, em muitos momentos pelo papel ao qual exerce de profissional multifuncional, não consegue cumprir um

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Especialista em Planejamento e Gestão do Ensino Aprendizagem pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), Pós-graduada em Supervisão e Orientação Educacional pelo Centro Integrado de Tecnologia e Pesquisa (CINTEP), Mestranda do Curso de Ciências da Educação pela ISCECAP, [lygds@hotmail.com](mailto:lygds@hotmail.com);

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia, graduanda em Letras pela Universidade Federal da Paraíba, Mestranda do Curso de Ciências da Educação pela ISCECAP, [cristinavlima02@gmail.com](mailto:cristinavlima02@gmail.com);

<sup>3</sup> Graduada em Educação Física pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), Mestranda do Curso de Ciências da Educação pela ISCECAP, [joelmatorres8@gmail.com](mailto:joelmatorres8@gmail.com);

<sup>4</sup> Edilene da Silva Santos: Professora Doutora, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, [enelidesantos@gmail.com](mailto:enelidesantos@gmail.com).

planejamento que contemple as diversidades apresentadas em sala de aula. Isso ocorre por inúmeros motivos, como poderíamos citar: as competências necessárias para o desenvolvimento pedagógico junto ao alunado, falta de apoio de uma equipe técnica escolar, falta de recursos e muitos outros, gerando assim, um ambiente escolar cheio de inquietudes e fragilidades.

Desse modo, traremos um recorte do processo histórico da educação ao qual trata da formação do professor, de sua qualificação para o trabalho, para o ato de ensinar. Algo que até os dias atuais, estavam incentivando e fazendo se cumprir em lei a formação inicial (graduações) para todo professor. Por outro lado, também traremos a reflexão sobre esta formação nas universidades. Questionamentos sobre sua contribuição para o efetivo exercício.

Assim, essa reflexão se dará no universo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) fazendo o comparativo de documentos oficiais e na prática, em uma turma de jovens e adultos ao qual tem alunos com deficiência.

Diante de toda a discussão sobre a formação continuada de professores da EJA, apresentando as dificuldades de um efetivo processo de ensino-aprendizagem, resgataremos a Emenda Constitucional de Nº 95, de 2016 ao qual congela os gastos na educação. Assim, ficamos a refletir o investimento na educação, no professor.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa é qualitativa, de ordem exploratória e descritiva, com o objetivo principal de trazer reflexões a cerca da temática diante de experiência em escola da rede municipal de ensino de João Pessoa, Paraíba. Assim, fazendo uso de acervos literário e documental a luz de vivências em salas de aula com pesquisa de campo, através de observação direta que possam subsidiar a problemática aqui exposta e trazer elementos que possam debater uma realidade que precisa de contribuições na sua prática.

## **DESENVOLVIMENTO**

Passando brevemente pelo processo histórico de formação de professores, percebemos que a formação inicial foi o ponta pé inicial para a qualificação do docente aqui no Brasil com as Escolas Normais e conseqüentemente com os cursos de pedagogia e licenciaturas, assim, oficializou-se em 1946, através do Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946 - Lei Orgânica do Ensino Normal, que trouxe no seu corpo finalidades, instruções

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

sobre os cursos, estabelecimentos e outros pontos importantes. Porém, no ano de 1971, aconteceram mudanças no cenário educacional, na estrutura de ensino, que deixou de atender a demanda do momento, surgindo outras necessidades que deram oportunidade para habilitações específicas atendendo o que dizia as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Segundo SAVIANI (2009, p. 147):

Nessa nova estrutura, desapareceram as Escolas Normais. Em seu lugar foi instituída a habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau (HEM). Pelo parecer n. 349/72 (Brasil-MEC-CFE, 1972), aprovado em 6 de abril de 1972, a habilitação três anos (2.200horas), que habilitaria a lecionar até a 4ª série; e outra com a duração de quatro anos (2.900), habilitando ao magistério até a 6ª série do 1º grau.

Com o passar dos anos, em pleno século XXI, a formação inicial ofertada pelas instituições de ensino superior para o exercício da profissão docente e Escolas Normais continuam sendo a chave mestre da profissão com graduações, licenciatura em Pedagogia e em Componentes Curriculares específicos. Porém, será que essa formação inicial atende as necessidades cotidianas atuais de um professor, suas dificuldades e desafios encontrados nas salas de aulas?

Vivenciamos uma Era de transições de modo de vida, de tecnologias, de ritmos sociais, distintos de muitos anos atrás. E os cursos supracitados atendem a necessidade real, do contexto educacional ao qual nos encontramos? “Em verdade, quando se afirma que a universidade não tem interesse pelo problema da formação de professores, o que se está querendo dizer é que ela nunca se preocupou com a formação específica, isto é, com o preparo pedagógico-didático dos professores”. (SAVIANI, 2009, p.149)

Muitas vezes o espaço universitário se torna âmbito de diálogo de teorias, e as práticas, que estão cada vez mais precisando de contribuições significativas, são esquecidas.

Ter componente curricular intitulado de Estágio e ir para sala de aula, muitas vezes se torna um ritual obrigatório, e não, um espaço de aprendizagem sobre a realidade. Desse modo, falta a integração do discurso com a ação, que segundo SAVIANI (2009, p.151), “Tudo indica que na raiz desse dilema está a dissociação entre os dois aspectos indissociáveis da função docente: a forma e o conteúdo”.

Não basta você dominar um conteúdo, e sim, saber como garantir uma aprendizagem exitosa dentro de uma metodologia dinâmica, criativa e condizente com a realidade. Perceber como lidar com as dificuldades em sala de aula, e o que fazer para superá-las, é o grande desafio do professor. Desse modo, a formação continuada é essencial para ajudar na prática docente, nas dificuldades do alunado e do professor, na obtenção de resultados satisfatórios.

Vislumbrando um campo específico, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), podemos nos deparar com uma área paupérrima em formação continuada olhando o sistema municipal de ensino da capital de João Pessoa. Essa modalidade de ensino tem suas especificidades garantidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) nos artigos 37 e 38, que diz:

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

Diante do que diz a LDBN no inciso primeiro do artigo 37, o que seria oportunidades educacionais apropriadas? Será que seria um Currículo adequado a essa clientela? Um livro direcionado a este público? Uma avaliação que de fato servisse de termômetro para ajudar esse público a potencializar suas habilidades e adquirir novos conhecimentos essenciais no seu dia a dia? Será que os alunos têm acesso a material didático de qualidade?

Relatando sobre a vivência no sistema municipal de João Pessoa, percebemos que se deixa muito a desejar, que não há oportunidades educacionais apropriadas para essa clientela, pois a partir do momento que esse público não é percebido em suas particularidades, que segue orientações do ensino fundamental regular, não podemos dizer que ele é visto dentro da sua singularidade.

O inciso segundo fala de ações integradas e complementares entre si. Como acontece isso na prática? Muitas vezes os projetos são doutrinados pela secretaria de educação ao qual faz parte do que determina o Projeto Escola Nota 10 da rede municipal de ensino.

Na EJA, temos educação profissional na teoria, pois mesmo sendo um momento rico e garantido na LDBN, na prática, não vingou na rede deste município. Houve uma tentativa de se fazer cursos profissionalizantes uma vez por semana, na sexta, nas escolas. Mas quando não há o suporte adequado em relação a material, espaço e cursos que de fato contribuam para o dia a dia do público, a tendência é não prosperar.

Quando se diz no artigo 38 que os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo. Será este currículo contempla efetivamente a EJA? Será que a base nacional comum do currículo do ensino fundamental regular e do médio atendem a realidade e necessidade da EJA? Encontramos nas escolas, um currículo “vazio”, livros inadequados, diários defasados, falta de recursos pedagógicos.

Nas leis e na prática da Educação de Jovens e Adultos deixa-se muito a desejar, precisando de mais especificidades de tal modalidade. E quando se trata da pessoa com deficiência na EJA percebemos muitas outras fragilidades que não atendem esse público.

Entende-se por “educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) LDBN.

Desse modo, encontramos uma sala de aula com quatro pessoas com deficiência, dentre elas, dois surdos, uma deficiente mental e outra intelectual, e mais, vários outros alunos com níveis de aprendizagem distintos, digamos em três níveis de aprendizagem. O que deve fazer o professor? Será que se tem uma formação continuada que aborde essa realidade? É isso que falta em formações continuadas: uma contribuição para as demandas reais em sala de aula. Essa é de extrema importância, e se o professor não estiver preparado ele se tornará um profissional frustrado diante deste contexto, pois, muitas vezes ele se vê só, mesmo tendo uma equipe técnica na escola para dar suporte, e mesmo assim não tem. Não há pela escola e nem muito menos pelo Sistema de Ensino e Ministério da Educação (MEC) encaminhamentos concretos, afinal, não propõem caminhos para embasar uma prática coerente e de qualidade, desta forma o docente fica cada vez mais desestimulado.

Mas, o erro está na base, quando a educação não é tratada como deveria pelo MEC, o Sistema de Ensino Estadual e Municipal também não dão a importância necessária. Quando chega a educação não atingir seus objetivos a escola, responsabiliza-se só quem está na ponta, o professor, pois a equipe técnica também se omite muitas das vezes.

A LDBN é bastante feliz em sua teoria, mas a prática nas escolas são distintas do que ela apresenta:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;



- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Não temos currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicas para atender as necessidades da pessoa com deficiência na escola. Quando perguntamos sobre o currículo, a avaliação e materiais pedagógicos que venham contribuir no processo de ensino e aprendizagem, simplesmente, não encontramos nada disso para dar suporte ao professor. E quando se fala de professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns, ficamos procurando os professores capacitados para a interação com todos os educandos, pois não há formação continuada que oportunize momentos de aprendizagem para lidar com a diversidade do público, com pessoas com deficiência.

E quando se trata de educação para pessoa com deficiência para inserção no mercado de trabalho, com todas as suas especificidades, percebemos mais outra vulnerabilidade da EJA e da educação para pessoa com deficiência, pois é algo que não acontece na prática de incentivo a estes.

A formação continuada é essencial para suprir tais dificuldades e vulnerabilidades, mas ela deve vir agregada de inúmeras ações e possibilidades que garantam o êxito em sala de aula. Segundo SAVIANI (2009, p. 153):

Ora, tanto para garantir uma formação consistente como para assegurar condições adequadas de trabalho, faz-se necessário prover os recursos financeiros correspondentes. Aí está, portanto, o grande desafio a ser enfrentado. É preciso acabar com a duplicidade pela qual, ao mesmo tempo em que se proclamam aos quatro ventos as virtudes da educação exaltando sua importância decisiva num tipo de sociedade como esta em que vivemos, classificada como “sociedade do conhecimento”, as políticas predominantes se pautam pela busca da redução de custos, cortando investimentos. Faz-se necessário ajustar as decisões políticas ao discurso imperante.

Portanto, é preciso encarar a educação com seriedade, ajustar o discurso político com a efetivação das ações. Ouvimos que a educação é prioridade, mas quando congela recursos

por 20 anos a partir de uma Emenda Constitucional de Nº 95, de 2016 fica difícil entender em qual sentido a educação é prioridade.

Tudo que hoje é considerado referência, houve investimento. Então como podemos acreditar em uma formação continuada de qualidade quando não temos recursos? Como podemos querer ofertar professores preparados nas redes de ensino, se não investimos nele?

Existem inúmeras fragilidades em sala de aula, e quando o professor se vê só, fica difícil desenvolver um bom trabalho. É como se jogassem todos os problemas na sala de aula de um professor e mandasse-o resolver como se ele fosse um super-herói.

Precisamos sair da grade que nos prende a currículos, conteúdos, assuntos vazios para uma formação que perceba o profissional em busca de uma formação identitária com seu trabalho, pois assim teremos professores bem preparados para trabalhar diante da diversidade. Precisamos de formações que falem à linguagem que o professor “grita” todos os dias em sala de aula e não é escutado. Uma formação docente dinâmica que tragam ideias, informações, saberes, modos de fazer que de fato contribuam em sala de aula. Como diz Antônio Nóvoa, p. 4(2009) “Mais do que um lugar de aquisição de técnicas e de conhecimentos, a formação de professores é o momento-chave da socialização e da configuração profissional”.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Para todo e qualquer profissional da educação é sabido a importância da formação inicial e continuada no que concerne ao exercício de sua profissão. Porém, é um esforço não só deste profissional, mas de todos que fazem a educação.

Portanto, se fez necessário apresentar elementos que nos levem a buscar caminhos que nos conduzam a espaços formativos coerentes com a prática, motivadores para os professores e que de fato contribuam com o alunado em suas dificuldades, fragilidades e desenvolvimento de suas potencialidades. Uma formação continuada dinâmica, real, que atenda os anseios de quem está diretamente envolvido no processo de ensino-aprendizagem: o professor e o aluno. Assim, além disso, é preciso perceber os rumos da educação e a importância da participação de todos envolvidos, pois, a educação não acontece apenas com o professor e os alunos, a educação é um movimento que envolve uma rede de pessoas e espaços.

Para adquirirmos uma formação docente de qualidade é necessário primeiramente fazermos uma avaliação da formação continuada atual e assim verificarmos os pontos positivos para aprimorar e os pontos negativos a melhorar. Mesmo em um contexto

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

educacional com muitas fragilidades, temos que buscar a superação das vulnerabilidades do sistema educacional. Segundo NÓVOA (1992, p. 11):

É preciso reconhecer as deficiências científicas e a pobreza conceptual dos programas atuais de formação de professores. E situar a nossa reflexão para além das clivagens tradicionais (componente científica versus componente pedagógica, disciplinas teóricas versus disciplinas metodológicas, etc.), sugerindo novas maneiras de pensar a problemática da formação de professores.

Portanto, percebemos que não dá para permanecer com formações “faz-de-conta”, e sim, que busquem a criticidade do professorado, que traga para roda de conversa a problemática da sala de aula dos dias atuais, que os espaços das formações continuadas sejam espaços de abertura para o novo, soluções, ideias, motivações para o dia a dia dos professores. E não, de angustia, de sensação de tempo perdido, de frustração. Pois, desse modo, caímos na rede da educação falida e desvalorizada como é vista por muitos.

Dar um sentido para as formações continuadas, respeitando e valorizando o contexto ao quais os professores se encontram é uma forma de respeito com esse profissional, com sua história de vida, com a educação, com o alunado. NÓVOA (1992, p. 13) afirma que:

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência.

O espaço de formação continuada do professor deve ser local de partilha de experiências, construção de saberes, de avivamento da profissão. Desse modo, NÓVOA (1992, p. 14) diz que “A troca de experiências e a partilha de saberes consolidam espaços de formação mútua, nos quais cada professor é chamado a desempenhar, simultaneamente, o papel de formador e de formando”.

Desse modo, o espaço de formação continuada deve ser dinâmico, crítico, transformador. Pois, só assim motivará o professor a solucionar os problemas encontrados em sala de aula. Ser assertivo nas ações docentes depende de um conjunto de contribuições de todos que fazem a educação.

As escolas não podem mudar sem o empenhamento dos professores; e estes não podem mudar sem uma transformação das instituições em que trabalham. O desenvolvimento profissional dos professores tem que estar articulado com as escolas e os seus projetos. (NÓVOA, 1992, p.17)



Ser professor, é uma realidade cada vez mais difícil, onde todos sabem da grande importância deste profissional, mas não investe para se construir um trabalho significativo junto aos seus alunos, onde forme cidadãos críticos e conscientes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender as peculiares na EJA e construir uma educação transformadora não é tão simples assim, principalmente quando encontramos ambientes cheios de vícios, sem perspectivas e apoio. Mas na realidade esse quadro muitas vezes é visível porque são ofertada formações continuadas que não condizem com a realidade em sala de aula. O que ouvimos nas formações são discursos distantes da realidade apresentada, assim, por sua vez, as formações são vistas como espaços de perda de tempo.

Muitas vezes ouvimos “rótulos”, professores bons e professores ruins. Mas quais os critérios que os classificariam assim? Um professor ao qual tem várias pessoas com deficiência em sala e que não foi preparado na formação inicial e não há uma formação continuada ao qual lhe dê suporte e nem uma equipe pedagógica que lhe ajuda e que deve se “virar” sozinho pode ser considerado um professor ruim?

O problema é social, devemos parar de culpar os professores quando dizemos que a educação vai mal, a educação é um sistema, e o professor é apenas uma parte, aquele que fica na linha de frente, na ponta, e como ele está nesta posição, ele é o que leva a “pancada social”.

Durante muito tempo, procuraram-se os atributos ou as características que definiam o bom professor. Esta abordagem conduziu, já na segunda metade do século XX, à consolidação de uma trilogia que teve grande sucesso: saber (conhecimentos), saber-fazer (capacidades), saber-ser (atitudes). (NÓVOA, 2009, p. 3)

Desta feita, podemos observar que, para a composição desta trilogia, as duas primeiras, as formações continuadas podem contribuir bastante, mas a questão é que veem essa trilogia como exclusivamente responsabilidade do professor, e não é bem assim.

Desse modo, a formação continuada deveria ser o espaço de contribuição com as fragilidades do educador de EJA e fortalecimento das potencialidades de tal professor. Pois nos dias atuais não está sendo fácil ser professor desta modalidade, uma vez que não há parâmetros específicos desta e uma equipe multifuncional ao qual contribuam para o desenvolvimento de um trabalho significativo e coerente com os mesmos, principalmente com as pessoas com deficiência.

Portanto, os espaços de formações continuadas devem propor vivências ao qual forneçam meios, instrumentos e técnicas correlacionadas com as dificuldades em sala de aula, dando sugestões, incentivando a criatividade e propondo desafios de superação da realidade fragilizada. Assim, será um elemento a mais de motivação diante de um contexto educacional precário.

As formações continuadas são momentos de fortalecimento profissional, enriquecimento da prática e multiplicação de saberes quando bem direcionados. Assim, não adianta ofertar tais momentos quando eles não estão pautados na realidade educacional e social de uma comunidade escolar, de uma rede de ensino.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 01 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 01 de outubro de 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro.** Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009

\_\_\_\_\_. Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.

NÓVOA, Antônio. **Formação de professores e profissão docente.** Lisboa : Dom Quixote, 1992. Identificador: <http://hdl.handle.net/10451/4758> Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/4758> Acesso em: 02 de outubro de 2018.

NÓVOA, António. **Para uma formação de professores construída dentro da profissão.** Revista de Educación. Madrid, n. 350, p. 1-10, sep./dic., 2009, Disponível em: <[http://www.revistaeducacion.mec.es/re350/re350\\_09por.pdf](http://www.revistaeducacion.mec.es/re350/re350_09por.pdf)>. Acesso em: 02 de outubro de 2018.